

Queima de oportunidades

POR QUE um país como o nosso, dramaticamente carente de capital para a promoção de seu desenvolvimento e ampliação do mercado de trabalho, permite-se votar, através de um projeto de decisão na Comissão de Sistematização da Assembléia Constituinte, a conversão de parte da sua dívida externa em capital de risco?

POR QUE, à míngua de poupança interna, fechamos os caminhos de acesso à poupança externa, como se nos pudessemos dar a um capricho desconhecido em todo o universo da economia internacional contemporânea — o de construir um desenvolvimento econômico fechado em si mesmo, já que aberto apenas para um mercado interno (qual?) e refugando arrogantemente o investimento externo?

POR QUE deixamos perder-se, talvez definitivamente, a oportunidade de reduzir significativamente, e pelo período de alguns anos, a remessa de recursos para o exterior, a título de pagamento da dívida externa e seu serviço, que nos tem transformado em exportadores líquidos de capital, hipotecando-nos assim as perspectivas de manutenção do crescimento?

SÃO perguntas colhidas da mesa-redonda promovida pelo GLOBO, entre experientes empresários e banqueiros, transcrita em nossa edição de domingo. E perguntas que não podem ficar no ar: devem-lhes uma resposta, em nome do interesse nacional, como do mandato de representação que detêm, os 42 constituintes da Comissão de Sistematização, que aprovaram há duas semanas o projeto de decisão do Deputado Paulo Ramos (PMDB-RJ), proibindo a conversão total ou parcial da dívida externa em capital de risco.

NÃO É possível que todos eles tenham-se rendido à argumentação do Deputado fluminense, construída sobre chavões, como a ameaça de "desnacionalização de nossa economia"; ou sobre pura ignorância, como dizer que, com a conversão dos créditos em ações de companhias brasileiras, os credores estariam de mão em toda a economia brasileira e "selecionaríamos setores específicos, naturalmente os mais rentáveis".

ENQUANTO se alega no Brasil a desnacionalização da economia, o Chile, que não despertaria grandes simpatias externas pelo regime político, nem interesses extraordinariamente superiores, pela economia, conseguiu fixar, através de seu Banco Central, as regras do jogo da conversão — entre elas, a suspensão, por quatro anos, das remessas de lucros pelo investimento; a limitação das mesmas, a partir do quinto ano; e um prazo de dez anos, para o repatriamento do capital.

NOSSOS constituintes ignoraram ainda — ou fingiram ignorar — as regras que o Ministério das Finanças do México estabeleceu, evidenciando quem tinha a iniciativa da "seleção" que o Deputado Paulo Ramos teme: têm prioridade as conversões destinadas à compra de empresas estatais em processo de privatização, a novos investimentos ou empenhos de capital que gerem exportações, reduzam importações, criem novos empregos ou se orientem para regiões geográficas específicas.

EM POUCO tempo, esses dois países (o Chile, desde meados de 1985 e o México, desde meados de 1986), além da economia na remessa de divisas preciosas, ampliaram sua base industrial e se preparam para um aumento expressivo das exportações; ou seja, atacaram o proble-

ma da dívida externa em duas frentes, simultaneamente, a de curto e a de longo prazo.

EM PARALELO, quais seriam então as perspectivas do Brasil? Converter em investimento, em cinco anos, um total de cerca de US\$ 10 bilhões da dívida externa; dobrar o valor das exportações (exportamos, no ano passado, US\$ 10 bilhões a menos que Taiwan) e, conseqüentemente, o Produto Interno Bruto. Essa oportunidade histórica precisa pesar na consciência dos constituintes que irão examinar em plenário o projeto de decisão do Deputado Paulo Ramos.

MESMO porque, sobre a própria perda de tempo em discussões sem objetividade, em discursos produzidos para desencadear reações irracionais, em alegações sem fundamento algum, já se está moldando a opção da irresponsabilidade: o isolamento do Brasil no mercado internacional, financeiro e comercial; num mercado que está a primar pela competição, como mostram as políticas conduzidas em países como o México, Espanha, Portugal e os novos "pequenos grandes" do Sudeste Asiático — Taiwan, Hong Kong, Cingapura, Coréia do Sul.

O PREÇO desse isolamento será a miséria. E aqui vale repetir a advertência de um dos membros da mesa-redonda, representante do Libra Bank, Igor Cornelsen: "No dia em que a Volkswagen opta por aumentar a produção de sua fábrica em Puebla, o pobre do metalúrgico do Vale do Paraíba já perdeu oportunidade histórica de emprego. Isso não volta mais, essa oportunidade já foi queimada".

QUEIMADA menos pela multinacional, evidentemente, que pelos contraditórios e desastrosos constituintes "nacionalistas" brasileiros.